Reagindo à Democracia Boliviana:

Evitando os Erros da Antiga Política Norte-Americana em Cuba

Waltraud Queiser Morales, Ph.D.

POR MAIS DE 50 anos, a política do governo dos Estados Unidos tem sido a de promover a democracia na América Latina. A eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia talvez seja até agora a evidência mais forte de que os países na Cordilheira dos Andes estejam alcançando aquele objetivo tão freqüentemente declarado. Segundo todos dizem, a eleição de Morales lhe concedeu o primeiro mandato verdadeiro na história da Bolívia. Mas a plataforma de Morales, mesmo depois de assumir o governo, inclui engajamentos contra estrangeiros e contra os Estados Unidos que desapontaram alguns formuladores de políticas americanos e, até certo ponto, formuladores de políticas europeus e latino-americanos também. Por sua vez, esses mesmos avaliadores de políticas declararam Morales como uma ameaça. Esse tipo de reação, porém, é prematuro e pode enfraquecer as políticas de longo prazo dos Estados Unidos com relação aos direitos humanos e valores democráticos.

São três os propósitos deste trabalho: primeiro, avaliar se as relações fracassadas dos Estados Unidos com os regimes revolucionários e reformistas do passado, especialmente com Cuba de Castro, oferecem quaisquer lições para a construção de uma política eficiente para com o novo governo de Morales; segundo, analisar os aspectos-chave da atual situação social, política e econômica da Bolívia; e terceiro, avaliar a validade das preocupações norte-americanas.

Waltraud Q. Morales é professora de ciências políticas da University of Central Florida. *Possui o título de Bacharel pela* Catholic University of America, *os de Mestre e Doutora pela Escola de Pós-Graduação dos Assuntos Internacionais da* University of Denver. *A Doutora Morales é generalista em assuntos internacionais e em política comparada e uma especialista na América Latina (enfocando na região andina), em desenvolvimento do terceiro mundo e em mudança revolucionária comparativa. Ela publicou amplamente na sua especialidade e foi a autora e a co-autora de cinco livros, o mais recente sendo* A Brief History of Bolivia *(Checkmark Books, 2005). Ela foi a recipiente de duas bolsas do Programa* Fullbright *e outra do* National Endowment for the Humanities.

Os Estados Unidos e os Movimentos Revolucionários na América Latina

Os movimentos revolucionários na América Latina têm sido especialmente desafiantes para os interesses dos Estados Unidos. Globalmente, os Estados Unidos têm sido incoerentes em sua abordagem a estes movimentos e freqüentemente desleais com relação às suas pró-

prias políticas ou aos valores humanitários e democráticos que supostamente sustentam as suas políticas.[1]

As políticas dos Estados Unidos com relação às mudanças revolucionárias no hemisfério e em outras partes do mundo estão baseadas em três fatores: consideração com preocupações estratégicas importantes em outras regiões do mundo, especialmente o receio de ameaças globais e das rivalidades dos Grandes Poderes; imperativos ideológicos e morais, tais como o anticomunismo e a expansão democrática; e a proteção dos interesses econômicos do setor privado e do livre-comércio.[2]

ONU

O Secretário-Geral Kofi Annan cumprimenta Evo Morales Aima, Presidente da Bolívia, em Viena, Áustria, em 12 de maio de 2006.

Como resultado, em quase todas as revoluções mais significantes na América Latina (México, Guatemala, Cuba e Nicarágua – a Bolívia em 1952 foi a exceção), os Estados Unidos trataram a mudança revolucionária como uma ameaça aos seus interesses. Acreditavam que tal mudança teria um impacto contrário nos investimentos dos Estados Unidos e que diminuiria sua influência política, considerando-se que os novos governos adotariam "políticas domésticas e estrangeiras mais independentes e... (seriam) menos prováveis de seguir as políticas dos Estados Unidos."[3]

Para ser justo, no cenário da Guerra Fria da época, a política dos Estados Unidos dependia muito de preocupações genuínas com a segurança associada com a rivalidade do Grande Poder lançando democracias ocidentais contra nações alinhadas com a União Soviética comunista e a China maoísta. Porém, as preocupações legítimas com a América Latina, freqüentemente degeneravam em uma franca obsessão contra o anticomunismo que via os movimentos revolucionários populares com suspeita e como portas de entrada para comunistas soviéticos e chineses. Os formuladores de políticas justificavam as ações subversivas e os confrontos de militares contra regimes revolucionários, incluindo aqueles da Guatemala e de Cuba, citando a necessidade de se parar o comunismo pela região.

Tal intervenção ocorreu na Guatemala em 1954, quando uma operação paramilitar da *CIA* derrubou o governo eleito democraticamente de Jacobo Arbenz. Como o nome código sugere, a Operação *Success* foi vista inicialmente como uma vitória política. No entanto, foi um sucesso por um período curto e apenas no sentido mecânico e superficial.[4] Como resultado, a Guatemala caiu em 30 anos de autoritarismo e guerra civil e, no final das contas, num genocídio étnico que tomou centenas de milhares de vidas. O caso da Guatemala dificilmente pode ser considerado um sucesso a longo-prazo quando visto contra os padrões de direitos humanos baseados nos quais a América foi fundada. De fato, recentemente algo como uma democracia apareceu na Guatemala. O desgosto latente e a herança de violência política desencadeados nos anos 50 marcaram por muito tempo o processo político daquele país.

Os Estados Unidos e Castro

Similarmente, as políticas vigorosamente mantidas e a falta de visão dos Estados Unidos com Cuba desnecessariamente forçaram Fidel Castro a alinhar Cuba com o bloco soviético no interesse da sobrevivência do regime. Subseqüentemente, todas as conseqüências dos confrontos da guerra fria se seguiram, até mesmo a proximidade de uma catástrofe nuclear.

No começo da revolução cubana de 1959, os formuladores de políticas dos Estados Unidos e peritos da inteligência avaliaram Castro como uma figura com uma influência potencialmente grande na região por causa da sua personalidade forte e carismática. De fato, as primeiras avaliações americanas sobre Fidel Castro expressavam uma admiração cautelosa, porém bastante transparente. Um relatório da CIA de 1959 descreveu Castro como "um novo líder espiritual das forças latino-americanas democráticas e contra ditadores."[5]

Inicialmente, os formuladores de políticas dos Estados Unidos adotaram uma política de benevolência principalmente passiva com relação a Castro. Os peritos naquele tempo acreditavam que os "objetivos de Castro com o seu novo regime eram vagos e que, em vez de funcionar a partir de um plano, o regime estava desenvolvendo-se através de um processo de crescimento cotidiano."[6] Certamente, Castro mais tarde admitiu que "as suas primeiras idéias políticas não eram verdadeiramente marxistas e as suas posições ao chegar ao poder ainda eram algo de "idealistas" e "utópicas."[7] Conseqüentemente, a primeira reação dos Estados Unidos foi bem favorável: prontamente reconheceu o novo governo e despachou um embaixador bem compreensivo para Cuba.[8]

Durante os primeiros meses Castro seguiu um programa basicamente reformista. Significantemente, não havia comentários contra os Estados Unidos. Ele prometeu respeitar a constituição de Cuba de 1940 e abster-se da desapropriação da propriedade privada, especialmente dos bens americanos, os quais eram substanciais.[9] No entanto, em uma reação aparente às conseqüências da política americana em outros lugares na região e devido às lições da derrubada de Arbenz na Guatemala, Castro começou a afirmar publicamente que se fosse para a revolução cubana sobreviver, "não poderia permitir-se à luxúria de um processo democrático."[10]

As avaliações dos Estados Unidos se converteram em suspeita quando Castro começou a agir independentemente, com desafio em relação aos Estados Unidos e com críticas contra os seus envolvimentos na economia interna e nos assuntos políticos de Cuba. Os formuladores de políticas também ficaram consternados com a crescente admiração da personalidade de Castro e com o exemplo que a revolução cubana dava, enquanto rapidamente ganhava influência pela região. Quando Castro visitou a Venezuela em março de 1959, o chefe do posto da CIA em Caracas disse, "Parecia para mim que algo como uma reação em cadeia estava ocorrendo por toda a América Latina depois que Castro assumiu o poder... uma força nova e forte estava funcionando no hemisfério. Nós tínhamos que lidar com ela."[11] Os oficiais dos Estados Unidos da época estavam tão ou mais alarmados em virtude do estilo de liderança de caudilho de Castro do que por suas tendências marxistas ou por qualquer contato que ele pudesse estar tendo com Moscou ou Pequim.[12]

Em pouco tempo, o programa de Castro para neutralizar os oponentes políticos e consolidar o poder em suas próprias mãos despertou a ira e a inimizade do governo dos Estados Unidos. Os Estados Unidos tinham exercido influência primordial sobre os assuntos políticos e econômicos de Cuba desde 1898 e movimentos para nacionalizar certos bens econômicos juntamente com o flerte crescente de Havana com Moscou fizeram soar alarmes em Washington. Contudo, o que parecia hostilizar ainda mais o governo do Presidente Dwight D. Eisenhower foi "o desafio aberto e beligerante contra a primazia dos Estados Unidos no hemisfério."[13]

Em retrospecto, formuladores de políticas dos Estados Unidos fracassaram ao não entender que as ações de Castro enfocavam em preocupações legítimas e populares sobre a soberania econômica e política de Cuba. Eles também estavam cegos para o fato de que o regime de Castro era completamente dependente de ajuda de um patrocinador do exterior para assegurar a sua estabilidade e sobrevivência. A política direta e intimidante dos Estados Unidos de ameaças e de represálias econômicas que se

seguiram fizeram apenas com que Castro e os seus seguidores ficassem mais intransigentes com os Estados Unidos e mais suscetíveis às ofertas de outros Grandes Poderes. Entre os últimos, o único patrocinador viável e disposto era a União Soviética, o qual estava ativamente buscando maneiras de aumentar a sua influência no mundo.

Como conseqüência, de acordo com o então embaixador dos Estados Unidos em Cuba, Philip W. Bonsal, o qual fora designado da Bolívia, a reação despótica e mal-feita dos Estados Unidos teve êxito em conduzir a União Soviética para os braços de Castro."[14] Juntamente com o analista latino-americano Cole Blasier, Bonsal sugeriu que a decisão dos Estados Unidos de cortar a sua quota de açúcar, tão vital para a economia cubana, e de armar uma força exilada deu a Castro um motivo para que fizesse aquilo que fora incapaz ou relutante em fazer antes: romper com os Estados Unidos. Nas palavras de Bonsal, os Estados Unidos foram imprudentemente cooperativos ao remover os obstáculos à virada de Castro para os soviéticos.[15] Blasier conclui que "os efeitos das políticas dos Estados Unidos com Cuba estavam diametralmente opostas aos seus propósitos, e ... parecem ter sido completamente contraproducentes."[16]

A situação começou a se agravar depois de março de 1960, quando Eisenhower deu à CIA a luz verde para organizar e treinar uma força contra-revolucionária.[17] Até aquele ponto, e talvez o mais tardar até o 16 de abril de 1961 — o dia em que Castro declarou a revolução cubana como "socialista" — as políticas de Castro ainda podiam ter sido moderadas e suas relações com os Estados Unidos ainda podiam ter sido normalizadas.[18] Porém, no dia seguinte a CIA lançou o fiasco da Baía dos Porcos e, após isso, tudo deu terrivelmente errado.

Os Estados Unidos fracassaram em apreciar os objetivos nacionalistas e humanista-socialistas de Castro e, em vez disso, adotaram políticas que visavam a humilhar e isolar o seu regime, conseqüentemente, Cuba se converteu no principal conduto da influência soviética na América Latina. No fim, o programa revolucionário de Castro transformou para pior a sociedade cubana, pelo menos no que diz respeito à economia e

AP

Fidel Castro fala com membros das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba de sua base em Jaguey, Cuba, durante a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961.

à democracia e, implacavelmente, estragou as relações entre os Estados Unidos e Cuba até os dias de hoje.

Lições Aprendidas: Guatemala e Cuba

A Guatemala e Cuba fornecem uma lição em política exterior: Ambos os regimes podiam ter sido influenciados e moderados através de relações normalizadas com os Estados Unidos e com menos danos ao desenvolvimento democrático e às vidas humanas. Em particular, a eventual reação dos Estados Unidos à revolução cubana, no caso da Baía dos Porcos, foi "um desses acontecimentos raros na história – um perfeito fracasso," o qual na verdade teve êxito em consolidar internamente o regime autoritário de Castro e realçar a sua imagem internacional.[19] Ao mesmo tempo, manchou a imagem dos Estados Unidos no mundo.

Os formuladores de políticas norte-americanos devem avaliar a importância e a viabilidade da alternativa socialista e dos modelos de desenvolvimento híbridos. Muitos bolivianos, especialmente a maioria dos povos indígenas e das comunidades, se opõem à "privatização" e às políticas neoliberais que traíram o espírito da revolução de 1952 para beneficiar as elites e os investidores estrangeiros.

Estes casos também ressaltam a questão moral sobre se é apropriado para os Estados Unidos rechaçarem uma revolução ou reformas radicais de um país, especialmente reformas democráticas apoiadas popularmente, como nos casos de Arbenz na Guatemala, Salvador Allende no Chile e, atualmente, Morales na Bolívia. Para os Estados Unidos, todos estes casos, Cuba inclusive, sugerem uma importante lição: A maneira mais eficiente de se incentivar a mudança democrática e socioeconômica em um governo revolucionário ou reformista e melhorar a estabilidade regional em longo prazo é de se chegar a um meio-termo e de se engajar construtivamente com esses governos. Senão, os conflitos dos Estados Unidos com tais governos se transformam em confrontações que desafiam o direito de um povo de determinar o seu próprio destino político — e essa é uma abordagem imprudente em uma época que a política dos Estados Unidos, ostensivamente, visa à expansão democrática. Esta lição é especialmente importante enquanto os Estados Unidos tentam definir suas relações em relação a Morales na Bolívia.

Lições de Cuba Aplicadas à Bolívia

A eleição de Morales afirmou a clara preferência do povo boliviano por soluções democráticas e salientou a resistência das instituições estatais bolivianas.[20] A história e prévias desventuras da política exterior sugerem que o principal objetivo da política dos Estados Unidos na Bolívia — e em toda a América Latina — deveria ser a de facilitar as instituições representativas e respeitar os governos democráticos, mesmo se eles parecerem interferir nos interesses americanos.[21] A reação de Washington com Morales tem que ser ponderada e construtiva, e não uma reação exagerada à retórica antiamericana e antiimperialista que ele pode usar para revigorar o seu eleitorado. Os formuladores de políticas deveriam considerar a reação confusa da política dos Estados Unidos para com Castro em 1959 como instrutiva para hoje.

As antigas relações norte-americanas com Cuba sugerem várias cautelas para as relações atuais e futuras entre a Bolívia e os Estados Unidos. Primeiramente, este é um momento crítico para influenciar as relações com o governo de Morales. As políticas de Morales ainda não estão completamente definidas e são idealistas e utópicas, exatamente com as de Castro eram em 1959. Segundo, a postura antiamericana de Morales não é sustentável sem a assistência de terceiros. Muito embora o antigo governo boliviano revolucionário de 1952 não tivesse uma opção viável de terceiros como Castro tinha em 1960, hoje, Morales certamente a tem. Ele está investindo em alianças muito próximas com Castro e com o Presidente Hugo Chávez da Venezuela. De fato, a Bolívia é para a Venezuela o que Cuba foi para a União Soviética — um lugar estratégico para mostrar a sua influência e contrariar os objetivos dos Estados Unidos.[22] A

maioria dos bolivianos vive em pobreza extrema e não está interessada em ideologia ou geopolítica; eles acolhem a assistência econômica da Venezuela e de Cuba. Além disso, o clima já antiamericano da Bolívia amplia a "ação cívica" e a assistência humanitária, claramente visíveis, de Caracas e de Havana.[23]

A reação pragmática dos Estados Unidos com a abordagem de Morales a Chávez pode ser para aumentar em vez de diminuir a assistência econômica à Bolívia; de fato, os Estados Unidos poderiam suplantar a Venezuela e se tornarem um patrocinador. Para fazer isso, terão que desvincular a ajuda o máximo possível da "condicionalidade," quer diga respeito aos modelos de consenso de Washington, quer diga respeito à erradicação da folha de coca ou da guerra contra as drogas.

A luta da Bolívia pelo desenvolvimento econômico pode ser apoiada ou impedida pela globalização eficiente e pelo apoio dos Estados Unidos. A ajuda americana e os acordos comerciais e tarifários não deveriam ser contingentes às rígidas políticas econômicas que têm o consenso de Washington; os formuladores de políticas norte-americanos devem avaliar a importância e a viabilidade da alternativa socialista e dos modelos de desenvolvimento híbridos. Muitos bolivianos, especialmente a maioria dos povos indígenas e das comunidades, se opõem à "privatização" e às políticas neoliberais que traíram o espírito da revolução de 1952 para beneficiar as elites e os investidores estrangeiros. A oposição ao neoliberalismo fortaleceu a rebelião popular contra presidentes anteriores. Os formuladores de políticas dos Estados Unidos devem observar que uma recaída significante de Morales nesse tema impedirá o desenvolvimento democrático e a estabilidade do seu governo. Os Estados Unidos deveriam permanecer flexíveis no que diz respeito à "nacionalização" do setor energético da Bolívia e ajudar a nação a desenvolver o seu último importante recurso de forma eficiente e justa. A "Guerra do Petróleo" da Bolívia de 2003 e um referendo de 2004 confirmaram um apoio esmagador para uma nova lei sobre o petróleo.[24] O decreto de Morales de maio de 2006 "nacionalizando" a indústria petrolífera representa o clímax desse processo, tornando-se o ponto central de sua contínua credibilidade e de seu apoio popular.

Além de resistir ao impulso de fazer com que a ajuda seja condicional, os Estados Unidos também deveriam repensar em como distribuir essa ajuda. Durante as últimas duas décadas, a maior parte dos fundos dos Estados Unidos gastos na Bolívia foi para a erradicação da folha da coca, a militarização da "Guerra contra as drogas" andina, o desenvolvimento alternativo de colheitas e tentativas de reforçar o fraco sistema jurídico criminal da Bolívia. Em vez disso, a ajuda deveria ser direcionada para o desenvolvimento econômico e humano local e em interações de pessoa para pessoa, como a assistência médica e educacional fornecidas por Cuba e pela Venezuela. Apesar dos Estados Unidos ajudarem a Bolívia com 1 bilhão de dólares, desde que a nação voltou à democracia em 1985, aproximadamente 100 milhões dessa ajuda, anualmente, é tanto invisível para as pessoas ou então descartada, e até mesmo ressentida, como uma ajuda que serve a si mesma e que é passível de manipulação.

Nenhum assunto único — tal como a política antidrogas americana — deveria dominar a política dos Estados Unidos com a Bolívia. Uma obsessão com a produção de coca somente estragará as relações norte-americanas com a Bolívia às custas de interesses de segurança nacional de longo prazo. As atuais políticas da guerra contra as drogas andinas falharam em reduzir o fornecimento de drogas ilícitas e causaram danos colaterais na Bolívia e na região.[25] Muito parecida com as sanções contra Cuba, a política antidrogas americana na Bolívia tem sido inflexível e contraproducente. A pressão para encontrar alvos contra drogas teve um efeito desestabilizador econômico e político, contribuindo para a queda de governos bolivianos anteriores.[26] A erradicação da coca é o ponto chave da discórdia entre a administração de Bush e a de Morales. Em vez de objetivar a erradicação e a redução forçada da colheita, os Estados Unidos deveriam considerar seriamente usos alternativos da folha da coca e a sua comercialização — um plano que Morales como presidentes bolivianos anteriores propôs. Os fazendeiros de coca bolivianos não são fazendeiros-narcotraficantes ou estão ligados às redes terroristas globais. Definir o problema da droga boliviana como uma ameaça terrorista somente complicará a sua solução e contribuirá para a instabilidade. Logicamente, os cultivadores de coca buscam uma maneira de ganhar a vida de forma economicamente

viável; assim, o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico enfocarão o problema do tráfico de drogas do país na sua raiz.[27]

A produção da folha de coca não é somente um assunto econômico, mas também cultural. Ironicamente, por causa da oposição dos Estados Unidos, a folha é um símbolo de identidade étnica, de orgulho nacional e de desafio antiimperialista (entenda-se anti-Estados Unidos) especialmente potente. Abordagens sobre esse assunto precisam levar isso em consideração.

Vendo as coisas como elas são

O mundo fora dos Estados Unidos, quase que em sua totalidade, vê a eleição de Morales como uma vitória histórica para a democracia, para os direitos indígenas e para o populismo indígena global. Morales luta pelas causas populares e promete mudanças radicais. Ele é um homem do povo e não um membro da elite econômica e educada da Bolívia, além do mais foi escolhido pela maioria do povo em uma das eleições mais justas na história do país. Um homem que se fez por conta própria, informalmente educado e com experiência política limitada, se candidatou ao congresso em 1997 e ganhou sua vaga, recebendo uma grande quantidade de votos de confiança naquela eleição. O seu ministério hoje é representativo de toda a Bolívia e não apenas de sua classe política. Muitos dos seus ministros são radicais educados em universidades e líderes indígenas, trabalhistas, camponeses, integrantes dos movimentos sociais do país e não políticos profissionais. Vários deles são mulheres e outros índios. Como o primeiro presidente de um movimento radical trabalhista-camponês (sindicalista), Morales também pode se tornar o primeiro presidente socialista eleito da Bolívia.

A maneira mais eficiente de incentivar a mudança democrática e socioeconômica em um governo revolucionário ou reformista e melhorar a estabilidade regional em longo prazo é de se chegar a um meio-termo e de se engajar construtivamente com esses governos.

Muito antes de assumir a presidência, Morales liderou a Federação dos Cultivadores de Coca. Naquela função, ele reviveu a militância e o radicalismo trabalhista-camponês, levando o movimento à proeminência nacional. Apenas meses depois de assumir a presidência, Morales foi reeleito como a cabeça da federação, tornando-se simultaneamente o líder de um sindicato nacional camponês e do país. Enquanto isso representa um conflito de interesses em potencial, pode também proporcionar a Morales grande influência para moderar as exigências dos cultivadores de coca e influenciá-los politicamente. Esta afinidade pode ajudar o seu governo a cumprir as promessas e as reformas eleitorais dentro dos estatutos legais e da legitimidade constitucional, ou seja, por meios democráticos. Depois de 7 presidentes em 6 anos, o povo está desesperado pela estabilidade política e a continuidade democrática da Bolívia.

Não está claro até que ponto Morales e o seu partido político, o Movimento ao Socialismo — MAS (*Movimiento al Socialismo*), implementarão princípios socialistas reais de economia política na Bolívia. Embora ele favoreça a típica retórica antiimperialista e antiglobalização, Morales não é um marxista dogmático; ele é um pragmático cuja orientação ideológica é mais indígena e comunitária. Além disso, ele prometeu governar justamente, não de acordo com o dogma marxista ou leninista, mas de acordo com princípios éticos *aymara* e *quechua* antigos: "Não seja preguiçoso, não roube, não trapaceie e não minta." Alguns dos conselheiros e ministros mais próximos de Morales como Andrés Soliz Rada, Ministro dos Hidrocarbonetos, são marxistas e antiglobalistas, mas Morales está seguindo um caminho mais pragmático para a reforma. Por quanto tempo ele vai continuar com esta abordagem pode depender em grande parte da reação internacional e dos Estados Unidos com o seu governo e suas políticas.

Nacionalização: Um teste decisivo?

Os formuladores de políticas sempre associam a nacionalização com regimes esquerdistas e marxistas. A desapropriação cubana de

CIA

A indenização para os camponeses bolivianos no Chapare, que receberam US $2.500 por hectare para voluntariamente erradicar os seus campos foi concluida. Os campos plantados depois de 1988 são agora sujeitos à erradicação forçada sem indenização. A Bolívia pretendia eliminar toda a coca "excedente" até o ano 2002 sob o seu plano de 5 anos.

propriedades dos Estados Unidos esfriou as suas relações com os Estados Unidos e continua a ser um grande obstáculo contra a normalização. Assim, a surpresa de Morales no Dia do Trabalho em 2006, anunciando a "nacionalização" do setor petrolífero e do gás, inclusive com a ocupação militar de empresas estrangeiras levantaram associações negativas e respostas políticas em Washington. No entanto, o decreto sugere que a moderação e não o radicalismo pode ser o estilo de Morales. Certamente, a ação não foi realmente uma surpresa, uma nacionalização ou uma ocupação. Durante a sua campanha eleitoral e a viagem internacional pós-eleição, Morales freqüentemente aludia à sua intenção de nacionalizar os recursos energéticos do país, enquanto também prometia respeitar os direitos de propriedade privada. Além disso, 80% dos eleitores no referendo de 2004 apoiaram a nacionalização e quando o predecessor de Morales, Presidente Carlos Mesa Gisbert, falhou com essa execução, precipitou sua saída precoce. Neste contexto, a nacionalização de Morales foi "apenas a muito necessária e esperada renegociação contratual sob uma aparência populista."[28] Graças à essa "renegociação," o estado aumentou a sua parte na produção das maiores concessões de cerca de 18% para 82%. Essa mudança está projetada para mais do que dobrar a receita do setor de energia.

Enquanto o governo aumentou a sua quota nos rendimentos da energia para 350%, a mudança de Morales realmente não nacionalizou a indústria; mais propriamente, foi uma "nacionalização simbólica" que serviu para relaxar a agenda da nacionalização e estimular o índice de popularidade de Morales, o qual tinha caído (mas nunca para menos de 65%) nos meses subseqüentes após ter assumido a presidência.[29] O decreto, também, foi uma mudança para influenciar o voto para as eleições que estava ocorrendo na Assembléia Constituinte e para reforçar o apoio ao partido de Morales.[30] As reações dos cidadãos com o decreto indicaram que a maioria dos bolivianos, até mesmo aqueles que não votaram

em Morales e que geralmente se opõem às suas políticas, apoiou a "nacionalização." Embora a propriedade particular dos Estados Unidos não seja grandemente afetada, o decreto preocupou os formuladores de políticas americanos porque o respeito pela propriedade privada sempre foi um teste decisivo para os governos da América Latina. Os formuladores de políticas bolivianos podem ter aprendido do caso cubano e permaneceram largamente evasivos nas suas respostas às reações dos Estados Unidos.

Grande parte da preocupação dos Estados Unidos com Morales se refere ao papel crescente na Bolívia de Hugo Chávez da Venezuela, que aplaudiu e classificou o decreto de "nacionalização" como "histórico." Não é segredo que Morales considera Chávez, juntamente com Ernesto "Ché" Guevara e Fidel Castro, como um dos seus heróis. Claramente, as raízes políticas de Morales como as de Chávez encontram-se nas revoluções sociais do México, de Cuba, da Nicarágua e, logicamente, na revolução anterior da Bolívia. Porém, diferentemente de seu mentor venezuelano, Morales tem fortes credenciais democráticas e credibilidade.[31] Morales e o MAS foram carregados para o poder por uma vitória populista e democrática esmagadora e sem precedentes. Depois de décadas de eleições de segundo turno nas quais candidatos presidenciais importantes falharam em alcançar uma maioria absoluta na primeira rodada da votação, Morales ganhou 54% dos votos, claramente um mandato popular. Esse mandato foi pela mudança, pela inclusão (especialmente dos grupos pobres e indígenas), pelo desenvolvimento econômico e pela justiça social; em resumo, foi por uma democracia eficiente e significativa.

A eleição de Morales também foi um mandato para reafirmar a soberania nacional e a autonomia sobre as políticas domésticas da Bolívia, incluindo a produção da folha de coca, o desenvolvimento econômico, os recursos naturais e as relações exteriores. Faz sentido que, levando-se em consideração a tremenda influência histórica dos Estados Unidos em todas essas áreas e, especialmente após 1952, o mandato de Morales implique uma autonomia maior da Bolívia em relação a Washington. O desafio da política externa dos Estados Unidos estará em como assistir o desenvolvimento democrático da Bolívia enquanto ao mesmo tempo incentivar Morales a procurar um caminho democrático independente, um que não dependa da Revolução Bolivariana de Chávez e de sua generosidade.[32]

No passado, os Estados Unidos confrontavam governos que adotavam políticas independentes as quais o país desaprovava. A Bolívia, porém, tem sido um caso interessante e de certo modo anômalo. Ao contrário de outros lugares, a política dos Estados Unidos com o governo revolucionário da Bolívia em 1952 e seus sucessores democráticos foi construtiva e sustentadora; tornou-se a base de uma relação próxima e cooperativa por mais de uma década.[33]

Mudança Revolucionária Versus Democrática

A eleição de Morales em 2005 pode ser um momento crítico para a democracia na Bolívia e na América Latina e pode ajudar a refazer a imagem dos Estados Unidos no hemisfério. Historicamente, a Doutrina Monroe — uma política de restrição — e a ênfase na segurança e na hegemonia às custas da democracia popular provaram ser prejudiciais aos princípios e à credibilidade dos Estados Unidos. O interlúdio dos direitos humanos do Presidente Jimmy Carter, no fim dos anos 70, pretendia reabilitar a política exterior americana, assim como a Política do Bom Vizinho (*Good Neighbor Policy*) de 1933, do Presidente Franklin Roosevelt, reabilitou a Doutrina Monroe ao renunciar à intervenção. No entanto, em reação à revolução sandinista na Nicarágua em 1979 e às guerras civis em outras partes na América Central, os Estados Unidos objetivaram novamente a sua política em restrição e contra-insurreição. Como conseqüência, por mais de uma década o desenvolvimento democrático da região foi sacrificado pelos interesses de segurança nacional em curto prazo.

Hoje, os Estados Unidos têm uma oportunidade de ajudar a fazer a Bolívia um modelo bem sucedido de desenvolvimento democrático e de consolidação. Em vez de reagir emocional e precipitadamente à eleição de Morales, como o fez com a revolução de Castro, um engajamento mais construtivo e cooperativo com o governo de Morales será o melhor para promover os interesses políticos dos Estados Unidos e da Bolívia em longo prazo.***MR***

Referências

1. BLASIER, Cole, *The Hovering Giant: U.S. Responses to Revolutionary Change in Latin America* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1976). Publicado há mais de 30 anos, a análise de Blasier pode ter sido a primeira análise comparativa das respostas dos Estados Unidos à mudança revolucionária. O estudo inclui a reforma guatemalteca fracassada de 1954, mas precede a Revolução Nicaragüense de 1979. Grande parte de suas observações podem ser aplicadas aqui também.

2. Ibid, p. 232.

3. Ibid, p. 211.

4. KORNBLUH, Peter, editor, *Bay of Pigs Declassified: The Secret CIA Report on the Invasion of Cuba* (Nova York: The New Press, 1998), p. 8. Veja também CULLATHER, Nick, *Secret History: The CIA's Classified Account of Its Operations in Guatemala, 1952-1954* (Stanford: Stanford University Press, 1999); GLEIJESES, Piero, *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* (Princeton: Princeton University Press, 1991); SCHLESINGER, Stephen e KINZER, Stephen, *Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala* (Nova York: Doubleday, 1982); IMMERMAN, Richard, *The CIA in Guatemala* (Austin: University of Texas Press, 1982).

5. KORNBLUH, p. 6.

6. BLASIER, p. 182.

7. Ibid.

8. Ibid, p. 179. Também BONSAL, Philip W., *Cuba, Castro, and the U.S.* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1971).

9. Ibid, p. 179; veja p. 183 para os números das relações profundas de negócios e de investimento dos Estados Unidos com Cuba. Para interpretações similares e variadas veja SMITH, Wayne S., *The Closest of Enemies: A Personal and Diplomatic Account of U.S.-Cuban Relations since 1957* (Nova York: W.W. Norton, 1987), p. 43; THOMAS, Hugh, *Cuba: The Pursuit of Freedom* (Nova York: Harper and Row, 1971); WELCH, Richard E. Jr., *Response to Revolution: The U.S. and the Cuban Revolution, 1959-1961* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1985).

10. Ibid, p. 185.

11. KORNBLUH, p. 7.

12. Ibid, p. 6. Veja também FURSENKO, Anatoly e NAFTALI, Timothy, *"One Hell of a Gamble": Khrushchev, Castro, and Kennedy, 1958-1964* (Nova York: W.W. Norton, 1997).

13. BLASIER, p. 194. Veja também PATERSON, Thomas G., *Contesting Castro: The United States and the Triumph of the Cuban Revolution* (Nova York: Oxford University Press, 1994). Paterson argue que os oficiais dos Estados Unidos estavam mais preocupados com a "postura de neutralista de terceiro mundo" de Castro e suas aspirações de "se tornar um líder do hemisfério se não um líder global antiimperialista," um tipo de Nasser caribenho, p. 257. Paterson cita um oficial do Departamento de Estado que sentia que os Estados Unidos não deviam "ceder ao Castro" ou "nós seríamos tratados duramente pelo hemisfério," p. 255.

14. Citado em BLASIER, p. 198. Veja também DOMÍNGUEZ, Jorge I., *To Make a World Safe for Revolution* (Cambridge: Harvard University Press, 1989). Dominguez não acredita que os Estados Unidos tenham empurrado Castro para os braços dos Soviéticos.

15. BLASIER, p. 208. Também WELCH, pp. 10 e 26. Paterson cita Embaixador Bonsal dizendo que "A Rússia resgatou Castro somente depois que os Estados Unidos tinham dado passos com a intenção de derrubá-lo," p. 258.

16. BLASIER, p. 205. O primeiro ministro soviético Nikita Khrushchev anunciou naquele tempo que a Doutrina Monroe estava morta e que "Castro terá que gravitar para nós como uma limalha de ferro a um ímã." Khrushchev citado em SHEVCHENKO, Arkady, *Breaking With Moscow* (Nova York: Alfred A. Knopf, 1985), p. 105.

17. BLASIER, pp. 190-91. Veja também HIGGINS, Trumbull, *The Perfect Failure* (Nova York: W.W. Norton, 1987).

18. BLASIER, p. 200.

19. Historiador Theodore Draper, citado em KORNBLUH, pp. 2-3.

20. FALCOFF, Mark, "The Last Days of Bolivia?" *American Enterprise Institute for Public Policy Research* (Junho), <www.aef.org>. Para mais informações veja EATON, Kent, "Bolivia at the Crossroads: Dezembro de 2005," *Military Review* (Julho – Agosto de 2006 da Edição Brasileira): pp. 76-81; ARREDONDO, Ramiro Orias, "Bolivia: Democracy under Pressure," em Russell Crandall, Guadalupe Paz, e Riordan Roett, editores, *The Andes in Focus: Security, Democracy and Economic Reform* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2005), pp. 45-65; e MORALES, Waltraud Queiser, *Bolivia: Land of Struggle* (Boulder, Colorado: Westview Press, 1992).

21. Por exemplo, a disputa com a Bolívia e outros governos latino-americanos que ratificaram o tratado da Corte Penal Internacional, mas se recusaram a assinar o protocolo isentando membros militares americanos da jurisdição da corte quando operações no país podem causar mais danos do que fazer bem. A suspensão do treinamento militar e da assistência dos Estados Unidos para a Bolívia prejudicará importantes relações militares bilaterais e fechará uma importante rota de cooperação.

22. Para essa interpretação também, veja FORERO, Juan, "U.S. Aid Can't Win Bolivia's Love as New Suitors Emerge," *The New York Times*, 14 de maio de 2006, p. A4.

23. Ibid.

24. A Guerra do Petróleo de 2003 foi uma série de protestos montados pelo povo indígena e trabalhista contra as políticas do governo na indústria petrolífera que eram tidas como que satisfazendo as companhias energéticas estrangeiras. Desse modo, foi apenas o último exemplo do descontentamento popular por causa da maneira como os recursos naturais da Bolívia foram mal manejados. Durante a "guerra," que removeu o Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada do cargo e o fez fugir para Miami, soldados do governo mataram mais de 60 manifestantes. O referendo de 2004 foi uma tentativa do sucessor de Sanchez de Lozada, Presidente Carlos Mesa Gisbert, de abrandar o descontentamento por causa do petróleo ao perguntar para os bolivianos como eles gostariam que o governo administrasse a indústria petrolífera. O referendo indicou a nacionalização, mas ficou aquém de solicitá-la diretamente.

25. YOUNGERS, Coletta A. e ROSIN, Eileen, editoras, *Drugs and Democracy in Latin America: The Impact of U.S. Policy* (Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2005). Youngers conclui que a política internacional de controle de drogas dos Estados Unidos enfraqueceu a democracia e o desenvolvimento democrático na região e observa áreas de preocupação: "a expansão do papel das forças militares nos esforços do controle de drogas; inapropriados papéis dados às forças policiais; violações dos direitos humanos; restrições nas liberdades civis; a fomentação da instabilidade política; o enfraquecimento da tomada de decisões no nível local; a falta de transparência e da responsabilidade e abusos resultantes da erradicação forçada de colheitas usadas na produção de drogas." P. 342. Veja MENZEL, Sewall H., *Fire in the Andes: U.S. Foreign Policy and Cocaine Politics in Bolivia and Peru* (Lanham, Maryland: University Press of America, 1996).

26. MORALES, Waltraud Q., *A Brief History of Bolivia* (Nova York: Facts on File, 2004), pp. 230-234; e YOUNGERS e ROSIN, pp. 350-351.

27. YOUNGERS e ROSIN, pp. 352-53.

28. "Journal of Bolivian Business and Politics," Web Log de Jonathan Olguin, um boliviano estudando na *Florida State University*, <http://b2bolivia.blogspot.com/>.

29. *La Prensa*, La Paz, 3 de maio de 2006, <www.laprensa.com/bo/hoy/especial/especial101.htm>.

30. As eleições da Assembléia Constituinte foram no começo de julho de 2006. O partido MAS de Morales ganhou mais da metade dos assentos mas ficou abaixo dos dois-terços da maioria absoluta necessária para autorizar emendas à constituição.

31. Por exemplo, veja CORRALES, Javier, "Hugo Boss, How Chávez is Refashioning Dictatorship for a Democratic Age," *Foreign Policy* (janeiro-fevereiro de 2006): pp. 32-40.

32. Coronel MANWARING, Max G., Exército dos EUA, "O Novo Mago do Xadrez: O Verdadeiro Hugo Chávez e a Guerra Assimétrica," *Military Review* (Janeiro-Fevereiro de 2006 da Edição Brasileira): pp. 17-29. Especificamente, Coronel Manwaring pergunta: "Quais são as medidas mais eficazes para apoiar um país que está sob a mira do bolivarianismo para resistir a este chamado revolucionário?"

33. Veja LEHMAN, Kenneth D., Bolivia and the United States: A Limited Partnership (Athens: University of Georgia Press, 1999) e o parecer oposto de WHITEHEAD, Laurence, *The United States and Bolivia: A Case of Neo-Colonialism* (London: Haslemere Group, 1969).